

# **A SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE SEU PATRONO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1927-1969)**

ÍTALA BYANCA MORAIS DA SILVA\*

Em abril de 2003, os jornais cearenses divulgaram a notícia de que a estátua em bronze de Capistrano de Abreu, situada na praça que possui o nome do historiador, no centro de Fortaleza-CE, foi roubada, não existindo paradeiro dos furtivos ladrões e tão pouco da peça. Lembro-me dos recorrentes comentários sobre o fato nos corredores do curso de História da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Alguns alunos se indignavam, outros se compadeciam, apresentavam suposições de que a estátua já poderia ter sido vendida e derretida. Enfim, os sentimentos e comentários eram os mais variados possíveis.

Porém, esse fato aparentemente corriqueiro, pois o roubo de monumentos em bronze de praças e logradouros públicos no Brasil, infelizmente, é uma realidade, possuiu para um grupo de pessoas em

particular, especificamente, para uma classe profissional, um significado especial. Esse grupo era o dos historiadores.

O debate entre alunos e professores girava em torno de duas questões. A primeira seria que o furto não teria sido de uma estátua qualquer, mas do monumento de um historiador. A segunda questão foi sobre os valores que estavam presentes naquele objeto, tanto simbólicos quanto econômicos.

Para a imprensa e para comunidade de historiadores, aquele objeto representava um “monumento”, ou seja, no sentido de Pierre Nora, um lugar de memória, portador de uma constituição material, simbólica e funcional.<sup>1</sup> Alguns historiadores viram no roubo da imagem o desfalque de um símbolo da trajetória da sua disciplina, o que gerou comentários sobre a incapacidade dos indivíduos que a roubaram em compreender o valor do “monumento” que tinham em mãos.

Essa “monumentalização” do material, constituindo, como sugere Régis Lopes Ramos, ao analisar o mesmo evento, uma política da memória, chegou ao extremo da imprensa local humanizar o objeto.<sup>2</sup> A chamada de uma das matérias foi “Capistrano Mutilado”, quando do reaparecimento da estátua com uma das pernas serrada.<sup>3</sup>

Nesse momento, podemos realizar o exercício de nos colocar no papel dos “larápios” e questionamos que tipo de representações eles construíam sobre aquele objeto. Será que eles estavam roubando o monumento do “Príncipe dos historiadores brasileiros”? Será que eles já haviam lido os *Capítulos de História Colonial*? Provavelmente não. Não pretendendo justificar a ação desses homens, apenas demonstrar que para eles a estátua em bronze não possuía o sentido do monumento, não os incluía a um processo, não criava uma memória que deveriam compartilhar. Como apresentou Dominique Poulot, o monumento e sua posterior institucionalização como patrimônio cultural de uma nação correspondem a um processo de definir lembranças e valores para serem compartilhados.<sup>4</sup> Dessa forma, até que ponto os “vândalos” identificavam naquela estátua um elemento constituinte da sua identidade?

Outro aspecto que vem corroborar o não compartilhamento por esses homens das categorias que poderiam permitir com que eles aferissem àquele objeto o sentido de “monumento” é a própria localização da estátua. Ela encontra-se no centro da cidade de Fortaleza, na Praça Capistrano de Abreu, como afirmamos. Contudo, a maioria das pessoas que circulam no lugar ou nele trabalham – pois na praça existe uma grande concentração de mercadores informais – conhecem-na como Praça da Lagoinha e ignoram quem é o senhor barbado que a nomeia e ornamenta e que carrega um livro na mão direita.

No ano seguinte, em 2004, voltei a me deparar com a memória do historiador Capistrano de Abreu, ainda como discente do Curso de História e bolsista de iniciação científica no projeto de organização do acervo do historiador depositado no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) – instituição criada em 1887 na capital cearense aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB. Projeto realizado através de um convênio entre a UECE e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao iniciarmos o trabalho, acreditávamos, tanto a equipe de pesquisa quanto a própria direção do Instituto, que a documentação ali encontrada seria constituída exclusivamente por cartas de Capistrano de Abreu já publicadas pelo historiador José Honório Rodrigues a partir da década de 50, cabendo apenas uma higienização e catalogação das mesmas, através da produção de índices e resumos para subsidiar pesquisas. Porém, para a surpresa de todos, a documentação ali reunida corresponde a um conjunto de mais de 500 missivas do historiador ainda inéditas, além da sua biblioteca.<sup>5</sup>

Durante todo o processo de análise da documentação, chegamos à conclusão que o arquivo ali reunido não se tratava exclusivamente do arquivo pessoal de Capistrano de Abreu, mas do acervo da Sociedade Capistrano de Abreu, instituição criada em 11 de setembro de 1927, na cidade do Rio de Janeiro, com objetivo de cultuar a memória do historiador após a sua morte e que foi a guardiã do espólio intelectual do historiador. Esta sociedade teve como principal missão tornar Capistrano de Abreu uma

figura referencial não apenas entre aqueles que escreviam a História do Brasil, mas também para os cidadãos comuns, pois, segundo os membros da instituição, Capistrano de Abreu deveria ser lembrado como um “herói nacional” e seus textos como uma narrativa exemplar sobre a História do Brasil.

Aos poucos a documentação da Sociedade foi aflorando no arquivo: estatuto, cartas entre os sócios, livros de atas das reuniões, fotografias, clipping, publicações. Dessa forma, o acervo da instituição se apresentou como um objeto de pesquisa privilegiado para compreender os processos de construção da memória social do historiador Capistrano de Abreu, bem como o processo de construção da identidade e do ofício do historiador na primeira metade do século XX no Brasil. E este foi o objetivo do estudo que desenvolvi como dissertação de mestrado entre 2006 e 2008.

O primeiro movimento realizado para compreender a formação desta sociedade, bem como tentar compreender o ambiente intelectual nacional que propiciou a criação de uma instituição naqueles moldes, dedicada à memória de um historiador, foi recompor todo um conjunto de narrativas sobre Capistrano de Abreu produzidas no âmbito da Sociedade e fora dela em periódicos e livros. Vasculhando essas narrativas, nos deparamos com a seguinte afirmação do crítico literário e historiador João Ribeiro: “Esse ano que corre, de 1927, parece que vai ser efetivamente o ano dos historiadores”.<sup>6</sup> Para justificar a afirmação, o autor elencou algumas questões que envolviam a escrita da História no período, enfatizando principalmente as que obstavam esse processo de escrita e que por sua vez a superação destas questões engrandecia os “profissionais do passado” que obtiveram sucesso nesta empreitada em 1927. A principal delas era o fato de que para ser um bom historiador no Brasil não bastava que o indivíduo possuísse apenas qualidades literárias, senso crítico e arte de bem escrever, seria necessário possuir recursos pecuniários, pois segundo João Ribeiro, era “(...) necessário por vezes viajar, buscar e adquirir, ou inventariar documentos, ler ou copiar papéis, frequentar arquivos e bibliotecas, e gastar muito tempo por uma agulha perdida em palheiro.”<sup>7</sup>

João Ribeiro considerou 1927 como o ano dos historiadores, porque naqueles seis primeiros meses, cabe salientar que o texto foi publicado em junho de 1927, um número expressivo de livros de História foi publicado, superando assim o embaraço anteriormente exposto: *Mauá*, de Alberto de Faria; *Política Exterior do Império*, de João Pandiá Calógeras, o *Diário de Pero Lopes*, do Comandante Eugênio de Castro, entre outros. Por fim, o autor se ampara na apreciação de Paulo Prado, sobre o livro de Tobias Monteiro e reafirma sua opinião de que: “o ano de 1927 devia ser marcado no calendário em caracteres vermelhos, como o ano dos historiadores”.<sup>8</sup>

O que João Ribeiro e Paulo Prado não poderiam prever seria que no segundo semestre de 1927, mais um evento, além da já anunciada publicação da terceira edição da *História Geral* de Francisco Adolfo de Varnhagen levada a cabo por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, corroboraria para a percepção desse ano como dedicado aos historiadores, e que ele, João Ribeiro, mais uma vez narraria estes fatos em sua coluna semanal, reunindo novamente os nomes de Paulo Prado, Afonso de Taunay, Eugênio de Castro, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro, Alberto de Faria e João Pandiá Calógera.

O evento foi o falecimento de Capistrano de Abreu, em 13 de agosto de 1927, na cidade do Rio de Janeiro. Em sua coluna, João Ribeiro realizou considerações sobre a personalidade e sobre a produção intelectual de Capistrano, enfatizando o papel que o historiador possuiu na produção historiográfica nacional, bem como a “escola histórica” que teria se formado ao seu entorno. Concluindo o encômio ao autor, João Ribeiro enunciou uma derradeira frase, geradora de problematizações: “Devia ser hoje um dia de luto nacional”.<sup>9</sup> A frase parece-nos intrigante, pois buscava transformar os ritos fúnebres de Capistrano de Abreu em uma obrigação cívica da nação. Essa perspectiva reforça-se nos enunciados publicados na imprensa sobre a morte do historiador, que tentavam construir uma dívida por parte do Brasil à figura de Capistrano, aspecto corroborado nas homenagens realizadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e a presença de ministros de estado e do representante oficial do presidente da República no funeral do historiador.

Observei nos textos contemporâneos ao falecimento de Capistrano a necessidade de afirmar que a sua obra intelectual seria antes de tudo um ato de patriotismo, dessa forma, a nação ver-se-ia homenageada pelo historiador, devendo os brasileiros a retribuição a Capistrano dos favores prestados por ele à História pátria.

Na homenagem prestada por Edgard Roquete Pinto, sócio fundador da Sociedade, foi reafirmado o dever da nação para com a memória do historiador, pois, “É, afinal, o Brasil que debruça sobre o leito em que sofre um dos seus maiores filhos”.

(...) [Capistrano] Tem criticado o Brasil sem piedade, às vezes diz frases tão severas que revoltam pela dureza. Mas a verdade, a mais consoladora verdade que essas frases jamais conseguiram disfarçar é que não passavam de uma explosão do seu patriotismo orgânico, sincero e profundo. Ninguém mais do que ele tem amado esta terra; ninguém melhor do que ele a tem servido apaixonadamente. (...) Venho da casa de Capistrano de Abreu, certo de que o meu querido mestre não voltará mais a encantar os seus discípulos porque, infelizmente, a sua frase viva vai sumir; mas certo de que nós o encontraremos, em todo o tempo, guia singular dos que estudam a nossa terra.<sup>10</sup>

Observei nestas homenagens a inserção de Capistrano de Abreu no átrio dos heróis nacionais, entre aqueles que deveriam ser lembrados por participar do processo construtivo da nação. Além disso, pude perceber que esse movimento de construção de um panteão nacional não foi dissociado de um processo político maior relacionado à consolidação do regime republicano e que via na figura de Capistrano a principal referência na escrita da história nacional.

Nos primeiros anos da República Velha foi ativa a construção do panteão dos heróis nacionais republicanos. Fato representativo foi a edição d’ *O Jornal* de 14 de agosto de 1927.<sup>11</sup> Esta edição, além de documentar fartamente a morte de Capistrano de Abreu, trouxe homenagens a dois outros “heróis republicanos”: Floriano Peixoto e Rui Barbosa. As três matérias que ilustravam o periódico vinham com o título “*Les morts von vite*”, ou seja, “Os mortos vão rapidamente”. Esse termo e o conteúdo das matérias que apresentavam as contribuições intelectuais e políticas das três

personalidades republicanas enunciavam o dever de memória que movia essas homenagens, bem como, a perspectiva de que ao se cultivar a memória desses indivíduos cultuava-se a memória nacional, visto que, eles personificariam a nação. Outro aspecto que se evidencia é a necessária organização de uma prática de memória institucionalizada mobilizada para perpetuar os personagens na memória coletiva da nação, apresentado a consciência de que o tempo poderia apagar as ações patrióticas desses personagens na história nacional.

A homenagem fúnebre possui uma historicidade que demonstra os usos políticos a ela conferidos por diferentes sociedades. Nicole Loraux, ao estudar o papel político que a oração fúnebre possuía na *pólis* ateniense, afirma que a *pólis* apropriava-se de seus mortos, tornando-os representativos da própria *pólis*. O elogio ao morto não se apresentava apenas como uma homenagem individual, mas sim como um elogio coletivo. Eram ressaltadas não as idiossincrasias do indivíduo, mas o seu papel como cidadão ateniense. O elogio ao morto era acima de tudo um elogio a Atenas.<sup>12</sup> No culto a Capistrano percebi esse movimento maior da Primeira República no Brasil, produzindo um culto à memória de seus personagens mais representativos também através do elogio fúnebre marcadamente mobilizado para construir uma imagem coletiva da nação, como na *pólis* ateniense. Ou seja, os indivíduos lembrados teriam suas vidas destinadas ao engrandecimento e construção da pátria. Contudo, a diferença entre os dois tipos de culto aos mortos apresentava-se na presença da categoria indivíduo. Se na *pólis* ateniense ocorria uma diluição da individualidade frente ao ser cidadão ateniense, à época moderna, no que se inserem os anos iniciais da República no Brasil, valorizar-se-ia a unidade e a personalidade dos indivíduos como agentes na construção da nação. Assim, Capistrano de Abreu não era apenas lembrado como o historiador nacional, mas como um homem com uma conduta moral modelar na sociedade.

Esse aspecto pôde também ser identificado no ensaio de João Ribeiro, no qual foram delineadas características físicas e de personalidade de Capistrano de Abreu. João Ribeiro foi o autor de apenas uma das inúmeras

homenagens, necrológios e notas de falecimento que permearam a imprensa paulistana e fluminense nas semanas que se seguiram ao falecimento do historiador. Textos antecedidos por um largo anedotário sobre o autor e seu comportamento intelectual e social ainda em vida e seguidos por densas biografias, também objetos de estudo da pesquisa, sendo a primeira delas publicada em 1931, sob os auspícios da Sociedade, de autoria de Alba Gañizares Nascimento. Pois, como alertou Nathalie Heinich, as narrativas biográficas são importantes suportes para a construção de um conjunto de narrativas que passam a representar um personagem público, visto que “a valorização de uma singularidade estilística, permitindo assegurar a passagem à posteridade, ocorre par e passo ao tratamento biográfico do artista”.<sup>13</sup> Cabe também destaque na pesquisa a análise do romance de Aluizio de Azevedo, *O Coruja*, publicado em 1890 pela Livraria Garnier, cujo personagem principal, segundo a imprensa da época, teria sido inspirado em Capistrano de Abreu.

Tanto nas biografias encomiásticas quanto no anedotário, o desalinho no vestir-se, a erudição acerba, a aversão às relações sociais, a modéstia, a simplicidade e desapego às “questões mundanas” apresentavam-se como as principais características do historiador. Capistrano é de forma recorrente comparado a um “tapuia transplantado para a civilização”, um “caboclo civilizado”, ou um “sertanejo acaboclado” que lia textos em língua alemã sem utilizar dicionário, mas somente embalado no balançar da rede. Na afirmação desses valores, entrevi um pouco dos grupos sociais que reificavam essa imagem do autor no início do século e o tomavam como referência para a nação. O grupo dos “amigos” e “discípulos” de Capistrano era constituído por proeminentes políticos – filhos da elite letrada e econômica – e participantes do processo de redescoberta do Brasil, seja pelas artes ou pela força militar, na primeira República; são exemplos: Assis Brasil, Pandiá Calógeras, Cândido Rondon e Paulo Prado. Esse corpo social originado da ostentação do luxo e do arrivismo político e financeiro, fortemente influenciado pelas tecnologias representativas da modernidade, pela massificação dos comportamentos, em um jogo no qual o “parecer ser”



era mais relevante do que o “ser” propriamente dito, é que se rendeu e nutriu a imagem de Capistrano de Abreu como um homem de letras exemplar, personificando no historiador valores que eram excepcionais à época.<sup>14</sup> Além disso, a erudição de Capistrano, nascido no interior do Ceará, e a formação de uma “escola histórica” ao seu redor materializavam um processo sociológico maior, tornando factível a incorporação dos “sertões” à civilização, através da inserção bem sucedida do “tapuia” à “civilização” e a sua transformação em ícone da inteligência brasileira. Capistrano de Abreu era representado como o antípoda do homem moderno e exemplo de intelectual aos moldes da ilustração na qual o celibato social e a dedicação exclusiva às letras, mesmo que isso levasse ao fracasso financeiro, eram características elementares, pois dariam sacralidade ao ofício dos homens de letras, separando-os das questões mundanas.<sup>15</sup>

Esses aspectos foram reforçados no próprio funeral do historiador. Os amigos e discípulos de Capistrano prepararam um funeral que, contrastando com a pompa de outros enterros de intelectuais contemporâneos e “heróis nacionais”, como Machado de Assis, Rui Barbosa e Euclides da Cunha, deveria zelar pela simplicidade.

O local escolhido para velar o historiador foi o porão onde ele residiu seus últimos anos. Capistrano deveria ser velado cercado por seus amigos e discípulos, dentro da sua “oficina mental” e próximo aos seus instrumentos de trabalho, seus livros. A imagem do porão reificava a simplicidade atribuída ao “historiador nacional”. Outro aspecto peculiar foi narrado pela imprensa, a presença dos índios que moraram com Capistrano durante suas pesquisas sobre o vocabulário caxinauá e bacairi, e que revezavam as alças do caixão com ministros, embaixadores, banqueiros e aristocratas durante a condução do corpo ao cemitério. Além disso, destaca-se nas narrativas da imprensa a forma com que a população seguiu curiosa o cortejo. Afinal, não era todo dia que personagens importantes da política e cultura nacionais, acompanhados de suas esposas e filhos, caminhavam a pé, dispensando carros fúnebres, para conduzir aquele a quem chamavam de “mestre-amigo”. Como exemplo cabe trazer o registro de Assis Chateaubriand:

Ao sair do pobre porão de trapista intelectual onde morava, o enterro de Capistrano de Abreu, quando lhe tomou uma das alças do caixão, o índio Tuxinin, que ele mandara buscar, para fixar-lhe a língua, do interior do Mato-grosso, eu tive como que a sensação que nenhum de nós era tanto o expoente de qualquer coisa do enterro, na vida do grande indianista, como aquele representante dos primeiros povoadores da terra brasileira. Luiz (assim se chama o Tuxinin) ali estava com a sua farda de soldado da brigada policial, os olhos vermelhos de chorar, levando o esquife de Capistrano de Abreu, no lado de Francisco Sá, Paulo Prado, Arrojado Lisboa, Aguiar Moreira e tantos outros. A presença daquele índio no acompanhamento fúnebre do eminente historiador, cuja paciência beneditina reproduziu para a nossa história tantos idiomas dos nossos aborígenes em vésperas de desaparecerem, era como um pedaço mesmo da brasilidade. Ninguém mais que Capistrano de Abreu se interessou pelos usos, costumes e hábitos dos índios brasileiros. Bacairis, caxinauás, tuxinins (...) Luiz civilizado, metido no seu uniforme da brigada, os olhos rasos de lágrimas, valia como um símbolo da gratidão dos exemplares indígenas já assimilados aos hábitos ocidentais pelo historiador ilustre.<sup>16</sup>

Após a análise dessas primeiras narrativas e a compreensão do universo social de criação da sociedade, passei a recompor o seu quadro social e as estratégias operacionalizadas para construir a memória de Capistrano pela instituição. Quem eram esses homens? Qual a sua representatividade no campo político e intelectual nacional? Quem foram os sócios fundadores? Quem eram aqueles que se auto-proclamavam discípulos e amigos de Capistrano? Como as representações sobre Capistrano urdidas internamente à Sociedade eram difundidas e ganhavam exterioridade? Em que público buscava-se a ressonância dessas ideias? Qual o capital simbólico que estava em jogo na filiação à Sociedade? E, principalmente, que tradição da escrita da História do Brasil era fomentada por esse culto a Capistrano de Abreu?

Como estratégias para a consolidação dessa memória, podemos citar a prática colecionista da Sociedade, que conservou a biblioteca do historiador, seu acervo epistolar e seus objetos pessoais. Além disso, a instituição colaborou e financiou a publicação de uma biografia; produziu representações imagéticas (fotos, quadros e bustos) e preservou a residência

na qual Capistrano de Abreu viveu os últimos anos de vida, a qual passou a sede da Sociedade. Porém, do conjunto de estratégias estabelecidas pela Sociedade para a preservação da memória de Capistrano de Abreu, a organização e edição de sua obra completa me parece uma das contribuições mais expressivas da instituição e efetiva para a construção do lugar de destaque que o autor dos “Capítulos de História Colonial” acabou ocupando no cânone historiográfico nacional. Durante a sua atuação, a Sociedade vendeu e distribuiu para instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras mais de vinte e três mil exemplares de livros com o selo “Sociedade Capistrano de Abreu”, em dezesseis edições e em formatos de “luxo” e “populares”. Organizou os três primeiros volumes da série “Ensaio e Estudos”, e deu forma ao seu principal projeto editorial e representativo de Capistrano de Abreu, a coletânea de artigos no volume, até então inédito, “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil”, que desde então é a obra mais citada do autor ao lado dos “Capítulos”.

Contudo, a colocação dessas questões anteriormente citadas me trazia algumas dificuldades, dentre as quais o próprio recorte temporal da pesquisa. A Sociedade Capistrano de Abreu existiu por 42 anos, até 1969, quando o seu acervo juntamente com o espólio de Capistrano de Abreu que estava sob sua guarda foi transferido para o Instituto do Ceará. Nessas quatro décadas o campo letrado e especificamente historiográfico no Brasil passou por inúmeras transformações, como a criação dos cursos universitários de História e posterior consolidação dos programas de pós-graduação; a chegada de outras correntes de interpretação historiográfica, como o marxismo, o estruturalismo, os Annales, aspectos que não poderiam deixar de ser considerados no estudo de uma instituição-memória dedicada a um historiador e deliberadamente preocupada com o seu ofício (seu papel político e seus procedimentos teórico-metodológicos).

Assim, optei a princípio por realizar uma abordagem sincrônica, distinguindo os dois momentos referenciais na trajetória da instituição e esquadrinhando todas as variantes pertinentes à organização da sociedade em cada período. O primeiro momento correspondeu ao período de 1927 a

1943, quando a instituição era administrada pelos sócios fundadores do grêmio, no que se destacam Paulo Prado, Eugênio de Castro, Afonso de Taunay, Luís Sombra, João Pandiá Calógeras, Roquete Pinto e Rodolfo Garcia. O segundo momento foi determinado pelo afastamento desses sócios fundadores e a constituição de uma nova geração de sócios no culto a Capistrano Abreu, como Américo Jacobina Lacombe, Marcos Carneiro de Mendonça e, principalmente, o historiador José Honório Rodrigues, que assumiu a presidência da Sociedade em sua última década e já possuía um lugar de destaque na instituição desde o seu ingresso em 1939. Após esse exercício, foi-nos permitido estabelecer uma análise diacrônica, percebendo as permanências e as transformações no culto a Capistrano e no seu lugar na historiografia brasileira, bem como, através das relações da Sociedade com outras instituições, entrever as transformações no próprio campo letrado nacional.

Dentro desse movimento diacrônico pude perceber duas importantes transformações na instituição, uma referente à forma com a qual os sócios da Sociedade se relacionavam com a memória de Capistrano de Abreu e outra com o campo letrado. Os “sócios fundadores” da Sociedade e José Honório Rodrigues, apesar de terem como referencial a filiação a uma mesma instituição possuíam formas distintas de interagir com a memória de Capistrano de Abreu. Segundo as sugestões de Hugo Lovisoló, podemos entender que os sócios fundadores da Sociedade viam a memória histórica de Capistrano de Abreu como “âncora”. Segundo o autor, a memória enquanto âncora “possibilita que diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar”. Ou seja, para os sócios fundadores da Sociedade o que estava em jogo e o que os mobilizava era a perspectiva de construir uma tradição que os legitimasse, enquanto representantes e continuadores de uma escrita da História cujas linhas teóricas e metodológicas já tinham sido definidas por Capistrano. Foi possível verificar essa continuidade entre a obra do historiador e a produção historiográfica fomentada pelos sócios fundadores da Sociedade, bem como a compreensão do ofício do historiador pelo grupo, através da análise dos pareceres e das

monografias vencedoras do Prêmio Capistrano de Abreu de História promovido pela instituição em 1928 e 1935, com os respectivos títulos e autores: “O Vale do São Francisco: ensaio de monografia geográfica”, de autoria de Luis Flores de Moraes Rêgo; “Bandeiras e sertanistas baianos”, de Urbino Vianna; “Os companheiros de Dom Francisco de Souza”, de Francisco de Assis Carvalho Franco; e “Anchieta na Capitania de São Vicente”, de Antonio de Alcântara Machado.

No caso de José Honório Rodrigues, a memória histórica de Capistrano de Abreu pôde ser percebida como “plataforma”, o que para Lovisolo, “permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação”.<sup>17</sup> Será esta relação de plataforma que guiou a relação singular estabelecida por José Honório com a figura de Capistrano de Abreu, sendo ele o responsável pela organização da obra de Capistrano após o término da instituição e assumindo um papel relevante durante as comemorações do centenário de nascimento do historiador em 1953, através da organização das exposições em sua homenagem no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, da edição anotada dos Capítulos de História Colonial e das correspondências do autor depositadas também na Biblioteca Nacional. Além disso, pude perceber através da análise do projeto de escrita da História da Historiografia brasileira de José Honório, o papel de destaque que a figura de Capistrano de Abreu assumiu em seus estudos.

A outra transformação está relacionada ao fim das atividades da Sociedade. Quando de sua fundação, a Sociedade Capistrano de Abreu possuía uma organização típica das academias letradas do século XIX no Brasil, cujo principal exemplo era o IHGB. A Sociedade apesar de possuir importantes nomes em seu quadro social, como Mário de Andrade, Alcântara Machado, Manoel Bonfim, Franz Boas, H. G. Wells e Paul Rivet limitou-se ao culto a Capistrano de Abreu e por poucas vezes se aventurou por questões mais amplas do universo letrado. A identidade do historiador, seu papel político e sua escrita estavam restritos à experiência de Capistrano.

Mas, mesmo assim, essa percepção da prática historiográfica possuía uma ressonância considerável, pois, o quadro social da instituição oferecia a legitimidade necessária. Contudo, as transformações no campo letrado, principalmente a consolidação dos estudos universitários no país, levaram à perda de legitimidade da instituição e o próprio culto a Capistrano, com seus ritos de memória, perdeu a sua função, pois outras práticas e regras passaram a organizar os estudos históricos. José Honório Rodrigues, como professor universitário, ensaiou realizar uma transição na Sociedade, de instituição-memória para uma instituição de pesquisa, porém, as tentativas foram infrutíferas, o que resultou na transferência do acervo do grêmio para o Ceará.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, tive a possibilidade de encontrar nos discursos produzidos pela Sociedade, tanto na época dos “sócios fundadores” quanto na gestão de José Honório Rodrigues, muitas das interpretações contemporâneas sobre o historiador Capistrano de Abreu e seu papel na historiografia, seja a identificação do autor com a historiografia de descoberta dos sertões, sejam as interpretações de que na obra do historiador estão presentes rudimentos de uma História Social, com ênfase na cultura material. É difícil estabelecer uma causalidade entre as análises atuais e as representações geradas pela Sociedade em seus 42 anos de atividade, contudo, esse estudo – inserido nas pesquisas em torno da memória disciplinar da historiografia brasileira<sup>18</sup> – reforçam e materializam a ideia de que cada historiador fala de um lugar próprio que precisa ser compreendido; e por que não iniciarmos esse exercício de auto-entendimento pela relação entre memória e história na trajetória da nossa própria disciplina?

## NOTAS

\*Mestre em História Social pelo PPGHIS-UFRJ e técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ítala Byanca Morais da Silva. E-

mail: italabyanca@yahoo.com.br; ítala.2sr@iphan.gov.brEndereço: Av. Governador José Malcher, 563. Bairro: Nazaré. Belém-PA. CEP 66035-100. Tel. (91) 3224-1825; (91) 32240699; (85)99273090

<sup>1</sup> NORA, Pierre. Entre la Mémoire e la Histoire. In. \_\_\_\_\_. (org.). *Les lieux de mémoire*. I – La République. Paris: Gallimard, 1998, p. XXXV.

<sup>2</sup> RAMOS, Francisco Régis. Objetos biográficos e biografados. In. \_\_\_\_\_. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004, p. 105-127.

<sup>3</sup> Capistrano Mutilado. *O Povo*. Fortaleza, 26 abr. 2003, p.12.

<sup>4</sup> POULOT, Dominique. *Patrimoine et musées: l'institution de la culture*. Paris: Hachette, 2001.

<sup>5</sup> O Projeto “Organização do Acervo Capistrano de Abreu do Instituto do Ceará” foi coordenado pelos Professores Doutores Giselle Martins Venancio (UECE), Gizafran Nazareno Mota Jucá (UECE) e Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (UFRJ). Foram bolsistas de iniciação científica: Emy Maia Neto, Igor de Meneses Soares, Ítala Byanca Moraes da Silva e Paula Virgínia Pinheiro Batista. O Projeto contou com o apoio do CNPQ, FUNCAP, Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará e Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Artigo originalmente publicado no periódico *O Estado de São Paulo* em 26 jun. 1927. RIBEIRO, João. Historiadores. In. \_\_\_\_\_. *Crítica: obras de João Ribeiro*. Volume VI – Historiadores. Rio de Janeiro: ABL, 1961, p. 5.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.5.

<sup>8</sup> PRADO, Paulo. Apud. RIBEIRO, João. p. 7.

<sup>9</sup> Artigo originalmente publicado no *Jornal do Brasil* em 26 ago. 1927. RIBEIRO, João. Retrato de Capistrano de Abreu. In. \_\_\_\_\_. *Crítica: obras de João Ribeiro*. Volume VI – Historiadores. Rio de Janeiro: ABL, 1961, p.94.

<sup>10</sup> PINTO, Edgard Roquete. Bilhetes Brancos: Capistrano de Abreu. *Diário Nacional*, São Paulo, 17 ago. 1927.

<sup>11</sup> Les morts vont vite: Capistrano de Abreu; Homenagens ao patrono da República; Homenagens à memória de um grande aposto da lei: o jubileu de Rui Barbosa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago 1927, p.9.

<sup>12</sup> LORAUX, Nicole. *A Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 71.

<sup>13</sup> HEINICH, Nathalie. *La Gloire de Van Gogh: essai d'anthropologie de l'admiration*. Paris: Editions Minuit, 1991, p.59.

<sup>14</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In. \_\_\_\_\_. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio, volume 3. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 513-619.

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. El hombre de letras. In. VOVELLE, Michel . (org.). *El Hombre de la ilustración*. Madri: Alianza Editorial, 1992, p. 151-1996.

<sup>16</sup> CHATEAUBRIAND, Assis. Capistrano de Abreu. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1927, p.2.

<sup>17</sup> LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 16.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, Manoel S. Historiografia e Cultura Histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.31-47, jan/jun. 2005; MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição de lembranças. In. MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-94.